

---

## Dinâmicas de engajamento e desengajamento político: uma análise no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo

### Dynamics of political engagement and disengagement: an analysis within the scope of the “Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo”

**Náthani Siqueira Lima**

Pesquisadora da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional; doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: [nathanislima@gmail.com](mailto:nathanislima@gmail.com)

**Marcelo Carlos Gantos**

Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [mcgantos@gmail.com](mailto:mcgantos@gmail.com)

#### Resumo

Este artigo busca contribuir com a literatura sobre o engajamento e o desengajamento político em instituições participativas, na medida em que traça um paralelo entre os conceitos de ‘carreira militante’ e ‘esferas da vida’ e seus reflexos práticos no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo. Partiu-se da análise das informações contidas no documento “Quem Somos?” produzido no âmbito do projeto para criar um perfil dos sujeitos engajados e desengajados entre as suas segunda e terceira fases, chegando-se à conclusão que um dos principais fatores de engajamento é a confiança em sujeitos já participantes; e, para o desengajamento, é a priorização de outras esferas da vida, como trabalho e educação.

**Palavras-chaves:** Engajamento; Desengajamento; Carreira Militante; Esferas da Vida; Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo.

#### Abstract

This article seeks to contribute to the literature on engagement and disengagement in participatory institutions, as it draws a parallel between the concepts of 'militant career' and 'spheres of life' and their practical consequences within the scope of the *Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo*. The starting point was the analysis of the information contained in the document “Who are we?” produced within the scope of the project to create a profile of subjects engaged and disengaged between its second and third phases, reaching the conclusion that one of the main factors of engagement is trust in subjects already participating; and, for disengagement, it's the prioritization of other spheres of life, such as work and education.

**Keywords:** Engagement; Disengagement; Militant Career; Spheres of Life; *Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo*.

## **Introdução**

Este trabalho tem por objetivo analisar critérios objetivos e subjetivos de engajamento e desengajamento político no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), que é uma medida de mitigação oriunda do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, pela exploração de petróleo e gás pela Petrobras na região da Bacia de Campos. Serão analisados critérios como renda, escolaridade, idade, dentre outros, a fim de traçar um perfil de sujeitos que integram e retiram-se do PEA-TP, buscando respostas sobre as dinâmicas de engajamento e desengajamento político, partindo-se de uma análise de caso para futuros enfrentamentos para além do local. Além disso, serão também analisados critérios subjetivos, que possam demonstrar quem são, para além de suas definições objetivas, esses sujeitos e as razões que conformam o processo de participação.

Parte-se, portanto, de uma análise bibliográfica, que se fundamenta nos estudos sobre a participação política sob a perspectiva dos conceitos de ‘carreiras militantes’ e ‘esferas da vida’, buscando criar um paralelo entre os aspectos teóricos e os processos de participação no âmago do projeto. Tais propostas teóricas estabelecem que a qualidade e a constância da participação do indivíduo em certas instâncias não é fruto de uma decisão vazia, senão da convergência de suas experiências de vida e dos contextos social e histórico aos quais é submetido ao longo de sua existência. Assim, laços de confiança – em sujeitos que já participam ou em instituições envolvidas – podem conduzi-lo à participação tanto quanto ou até mais fortemente do que, por exemplo, sua identificação com a causa – que pode, inclusive, ser fortalecida ao longo do processo. Além disso, as fases da vida também influenciam diretamente nesse processo. Acredita-se, então, que algumas situações podem induzir à participação ou miná-la, já que as chamadas esferas da vida – casamento, trabalho, educação etc. – não possuem o mesmo peso e umas podem ser priorizadas em detrimento de outras.

Este trabalho, portanto, é resultado de uma análise documental e bibliográfica, convergindo o aporte teórico com dados produzidos pelo PEA-TP, em que buscou-se informações acerca do perfil dos sujeitos que se engajaram e desengajaram entre a segunda (2017-2019) e a terceira (2020-2022) fases; além de analisar as razões

subjetivas e individuais que levaram à deserção, buscando compreender se há uma causa comum – tanto de engajamento, quanto de desengajamento – que, uma vez detectada, possa auxiliar na compreensão das dinâmicas de participação. A intenção é a de fortalecer o compasso entre a riqueza das experiências participativas no âmbito do licenciamento ambiental federal e o conhecimento sobre seus efeitos.

## **1 Ciclos de participação política a partir da Sociologia das carreiras militantes e das esferas da vida**

A análise dos aspectos inerentes à participação política, tomada como sinônimo de engajamento, pode passar por incontáveis variáveis, das quais destaca-se a perspectiva de ‘sistema participativo’, utilizada por Almeida (2018), para designar as várias formas pelas quais um indivíduo pode participar das decisões públicas. Para a autora, os estudos clássicos comportamentalistas que dirigiam a ideia de participação a partir das instâncias convencionais, institucionalizadas na esfera estatal – a exemplo do ato de votar; e a perspectiva das ‘instituições participativas’, fundamentada no reforço democrático em decorrência da ampliação da participação não convencional – como protestos e organizações da sociedade civil, convergem-se para o consenso de que a participação política não pode ser tão ampliada a ponto de abarcar a proximidade do indivíduo com qualquer coletivo, como associações religiosas ou com o voluntariado; pelo contrário, deve-se entender essa participação como a possibilidade de influir nas decisões de Estado e, portanto, voltar-se ao estudo da atuação dos sujeitos no âmbito dessas instâncias, sejam elas mais ou menos institucionalizadas.

Avritzer (2007) dá à discussão elementos para compreender que as formas de participação chamadas de não convencionais pela teoria clássica, ou comportamental, alcançam maior destaque pela deslegitimação das formas de participação convencional, nomeadamente da representação política a partir do voto. Para o autor, a representação política por excelência é o Parlamento, caracterizado pelo voto no mercado eleitoral. No entanto, é possível dizer que instituições da sociedade civil também exercem um tipo de representação, mas que se enraíza em outras razões, que não apenas a autorização para a advocacia, ou a dinâmica de falar pelo sujeito – no

que consiste, basicamente, o voto. Para o autor, diferentemente da representação clássica, aquela exercida pelas organizações civis, que exemplifica pelo Greenpeace, “não é a autorização, e sim a afinidade ou a identificação de um conjunto de indivíduos com a situação vivida por outros indivíduos que legitima a advocacia” (AVRITZER, 2007, p. 457).

A afinidade a qual se refere Avritzer (2007) é tratada por Freire (2014) a partir da teoria do capital social, que busca compreender quais são as razões que levam um indivíduo a engajar-se em uma organização. Para essa corrente, a proximidade do indivíduo com determinada instância participativa se daria a partir da formação de laços de confiança com instituições ou outros sujeitos nela envolvidos, o que, imediatamente, tenderia a reduzir as incertezas relacionadas à participação. Pode-se dizer que essa perspectiva se soma à teoria da escolha racional, segundo a qual o engajamento seria o resultado do equacionamento entre custos e benefícios da participação. Afirma ele:

a confiança interpessoal aumenta as chances de uma pessoa se engajar no provimento de bens coletivos quando aliada aos demais fatores vinculados à participação, tais como a relação custo-benefício, os níveis de escolaridade e de renda, as redes de contatos à disposição do indivíduo, o interesse por questões políticas, entre outros (FREIRE, 2014, p. 24).

Nesse sentido, Lerbach (2014) afirma que nas dinâmicas de engajamento e desengajamento, indivíduo e sociedade não podem ser considerados esferas distintas, ao contrário, verifica-se um interacionismo simbólico, abordagem que, na perspectiva da participação, liga o indivíduo ao “estudo de situações a fatores contextuais mais amplos e a normas e ordens sociais” (LERBACH, 2014, p. 60). Significa dizer que o ato de participar ou não de determinada instância é produto da interpretação obtida a partir de uma dialética entre a história individual e o contexto social e institucional vivido pelo sujeito.

É no âmbito dessa perspectiva que emerge a ideia de ‘carreiras’ na área do engajamento político, convergindo critérios objetivos, caracterizadores dos sujeitos participantes – como idade, renda e escolaridade – e também aspectos subjetivos, como as dinâmicas interacionais e as lógicas que permeiam esse processo, o que pode, como dito, passar pelos laços de afeto ou por decisões mais racionais. É, para

Gutierrez (2020), uma perspectiva de análise eficiente para convergir “trajetórias individuais, instituições e estruturas sociais, evitando que se sobrevalorize apenas uma destas instâncias” (GUTIERREZ, 2020, p. 226).

A noção de ‘carreiras militantes’, portanto, fundamenta-se na existência de um modelo processual da ação, ou seja, a participação do indivíduo não é apenas reativa às normas sociais vigentes, mas fruto de um processo de acumulação de experiências, sejam familiares, profissionais ou até mesmo políticas. Oliveira (2010) afirma:

[...] dificilmente os militantes decidem participar de uma organização ambientalista de forma espontânea ou repentina sem certo “conhecimento prévio” referente à problemática ambiental. Do mesmo modo, eles raramente chegam sozinhos nas associações, sem contatos preliminares com simpatizantes ou militantes que participam da entidade e com os quais mantêm relações de parentesco, de vizinhança, de amizade ou de afetividade. De modo geral, o engajamento e a militância em associações ambientalistas são precedidos pela interação, pelo contato e pela conversação com parentes, namorados(as), amigos(as), colegas, professores(as) etc., que conhecem ou participam de determinada associação (OLIVEIRA, 2010, p. 54-55).

O autor afirma, ainda, que a militância pode ser dividida em três fases: a pré-militante, em que o sujeito é mobilizado ou instigado a participar, por intermédio de sua rede de contatos; a fase militante, na qual o indivíduo ocupa lugar em instituições participativas, até mesmo em cargos de direção; e a pós-militante, “a qual compreende os momentos de desengajamento e abandono temporário ou definitivo da associação e da militância [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 55).

Sawicki e Siméant (2011) apontam que nem sempre a comunhão de ideais e objetivos são suficientes para levar o indivíduo a aderir a determinado coletivo, no entanto, em grande parte dos casos, a mediação de pessoas conhecidas é senão suficiente, determinante para tanto. Com o que anuem Silva e Ruskowski (2010, p. 29):

as redes sociais são fundamentais para a explicação do envolvimento militante na medida em que elas não apenas possibilitam o contato entre os militantes potenciais e seus recrutadores, mas também porque criam uma estrutura de significados compartilhada sobre compromisso militante, que ajuda a criar e sustentar a mobilização.

O engajamento tem, então, por consequência, a formação ou reformação de identidades, ou seja, os membros de determinado grupo passam a ser identificados

por características comuns e esse processo tende a fortalecer ou enfraquecer a participação, na medida em que essa identificação se aproxima ou não das expectativas daqueles que formam laços com o indivíduo engajado. Vale dizer que:

O ajuste ou, ao contrário, o desajuste entre esfera de amigos, familiar, profissional e militante condicionam as chances de se permanecer ou não engajado, ou até de aumentar a intensidade do engajamento (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 216).

Assim, o engajamento é uma ação motivada por inúmeros fatores, dentre eles o coeficiente entre as possíveis perdas e ganhos projetados pelos indivíduos a partir da ação participativa. Esses ganhos são considerados recursos, ou seja, retribuições que cada um espera receber por sua participação e não são homogêneos, muitas vezes não sendo sequer percebidos no processo. Ocorre que essas expectativas, quando não satisfeitas, podem gerar frustração e, por consequência, enfraquecer o vínculo criado com a causa ou o grupo, chegando, justamente, na última fase do engajamento, chamada por Oliveira (2010) de pós-militante, ou seja, contribuindo para o processo de desmobilização (Gutierrez, 2020).

O conceito de ‘esferas da vida’ também se dispõe na mesma direção da ideia de ‘carreira militante’. Se para essa última o engajamento decorre de uma construção histórica do indivíduo a partir das suas vivências no mundo, a compreensão das esferas da vida faz inferir que cada experiência vivenciada tem seu lado objetivo, composto pelo pertencimento do indivíduo em determinado grupo e pelas relações que dele advém; e um lado subjetivo que se forma pela percepção que o próprio sujeito tem de sua participação. Pode-se dizer, então, que há, nesse campo, dois pressupostos principais: o primeiro de que o indivíduo constrói e reconstrói a sua percepção da realidade a partir das interações que estabelece com os demais sujeitos e com ele próprio, ou seja, das interações externa e interna; e, em segundo lugar, que essas esferas da vida – trabalho, família, amigos, estudos, ação política – não são independentes entre si, mas interconectadas (LERBACH, 2014).

É importante considerar que essas esferas de vida não possuem um mesmo peso na vida do indivíduo, podendo umas terem mais prioridade do que outras, mas é possível afirmar que quanto mais alinhadas essas esferas estiverem com o engajamento político, mais estável tende a ser a participação. De modo oposto, quanto

menos interação entre elas, maior a chance de ocorrer a deserção, muitas vezes relacionada também com o avanço dos ciclos de vida do indivíduo (LERBACH, 2014).

Essas mudanças na trajetória de vida dos indivíduos impactam diretamente no engajamento, como afirma Okado (2013):

Os marcadores de transição das etapas do ciclo de vida: o casamento, a entrada no mercado de trabalho, a aposentadoria e a viuvez desempenham funções que influenciam o ativismo, uma vez que tais mudanças vão alterar as redes de relacionamento do indivíduo, ampliando ou restringendo-as (OKADO, 2013, p. 42).

Caminhando em direção ao pressuposto de que as esferas da vida influenciam diretamente nos ciclos de engajamento ou deserção, Okado (2013) explicita a bipartição da socialização política em primária e secundária e afirma que os processos de construção dessas instâncias são determinantes para a qualidade e o tempo da participação. Segundo o autor, a socialização primária ocorre nas primeiras décadas de vida – “neste período são centrais os papéis desempenhados por instituições mediadoras, como a escola, a família ou grupos de pares” (OKADO, 2013, p. 39) – e se dá em três períodos distintos: infância, adolescência e a entrada no mundo adulto.

Na infância, o indivíduo assimila os comportamentos e as crenças familiares, especialmente dos pais, momento em que a política é um processo naturalmente incorporado. Já na adolescência ocorre o que se denomina “apoio difuso às instituições”, iniciado a partir do aprendizado sobre o processo político e as instituições, quando, ainda, a escola tem um papel fundamental na formação da identidade política. A última etapa, compreendida entre o final da adolescência e início da vida adulta, é marcada pela consolidação do aprendizado e o início das experiências com a vida política, como votar, participar de coletivos, dentre outros (OKADO, 2013). Já na socialização secundária, o indivíduo passa a ter contato com uma série de novos lugares e vivências, fazendo com que tenha que adaptar às novas experiências tudo aquilo que foi apreendido na fase primária, passando, ainda, a reinterpretar os fatos segundo essas novas experiências (ROBALLO, 2010).

As socializações secundárias são o resultado da trajetória biográfica, que podem ser, por exemplo, ascendentes ou declinantes, de pertencimento a diversos meios (conjugual, familiares, profissionais, de amizades, culturais, comunitários, confessionais, associativos, sindicais, de vizinhança ou outros) e das posições ocupadas no espaço social e as divisões do trabalho

(notadamente entre os sexos, as gerações, as categorias sociais) (LERBACH, 2014, p. 69 *apud* GAXIE, 202, p. 148).

Não é errado afirmar, então, que no processo de socialização secundária pode haver sobreposição de princípios absorvidos na fase primária, isso vai depender primordialmente das experiências vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida. A alternância de contextos sociais, por exemplo, pode levá-lo a reconsiderar posições identitárias ou reforçá-las, movimento que é contínuo, o que pode explicar porque algumas organizações produzem meios próprios de manter o engajamento de seus membros, a exemplo do que Silva e Ruskowski (2010) chamam de *mística* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma prática cultural e política, com raízes nos rituais religiosos, que busca, especialmente, fortalecer a identidade do movimento, por meio da memória.

#### *A mística do MST:*

Fundamenta e representa o seu mundo, e o mundo que está por vir através das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras. O seu celebrar se configura como um lugar privilegiado em que se processam construções de representações. Na mística, o Movimento cria suas visões de mundo, estabelece quais são seus valores e ideais, expressa o que espera de seus integrantes, legitima a luta pela terra e ressalta quem são seus aliados e inimigos na luta pela terra (COELHO, 2017, p. 121).

Avritzer (2007) afirma, nesse sentido, que o que imprime legitimidade nas instâncias de representação por afinidade, como é o caso do MST, por exemplo, é, justamente, a ideia de identidade e solidariedade. Isso quer dizer que o indivíduo tende a criar ou fortalecer os seus laços de confiança entre sujeitos que agem da mesma forma que ele, já que “a identificação com a causa se tornou mais importante que a autorização explícita para representá-la” (AVRITZER, 2007, p. 457).

Todas essas imbricações podem contribuir para a existência de ciclos de participação, ou seja, por momentos de maior propensão ao engajamento ou não. Cada indivíduo, portanto, absorve determinados padrões e hábitos de comportamento que em certo momento de sua vida podem influenciar no seu grau de comprometimento com alguma causa ou coletivo, o que possibilita compreender as razões pelas quais o ativismo político pode ser entendido como uma “atividade social específica e



duradoura, constituída de um “ciclo de vida” representado pelos momentos de adesão, comprometimento e deserção” (GUTIERREZ, 2020, p. 224).

As condutas das organizações, portanto, influem diretamente no ciclo de participação dos indivíduos, considerando a forma com a qual encorajam ou desencorajam o engajamento individual. Esse processo pode ser analisado sob três aspectos principais: o primeiro deles diz respeito ao *know how*, ou seja, ao conhecimento adquirido no seio da instituição, o que é considerado um recurso valioso, porque é a partir desse processo que o indivíduo fortalece o seu arsenal de recursos a serem mobilizados para a participação; em segundo lugar está a visão de mundo, ou ideologia, que deve ser reforçada pelo grupo, a exemplo da já citada *mística* do MST; e, por último, a consolidação de identidades individuais e coletivas a partir das redes de sociabilização. A coesão entre essas três categorias pode contribuir para o fortalecimento do grupo ou, acontecendo ao contrário, para seu desgaste (GUTIERREZ, 2020).

Tem-se, portanto, que o engajamento e o desengajamento não podem ser vistos apenas sob a perspectiva da escolha individual, mas também através de critérios objetivos e subjetivos da percepção do sujeito sobre as perdas e os ganhos no processo de participação. “É preciso pensar questões como a rotina, a institucionalização das atividades ou até mesmo a perda de convicção com a efetividade da causa” (GUTIERREZ, 2020, p. 233-234). Em algumas dessas questões é possível que a organização interfira, por exemplo, na adoção de práticas que reforcem os laços afetivos e identitários de seus membros; ou, ainda, com ações pedagógicas que reforcem a percepção de retribuição, como em ações políticas diretas que influenciem na vida dos sujeitos engajados – a exemplo da preparação para a atuação em espaços institucionais. No entanto, para outras questões, há menor nível de influência, como nos casos em que as demais esferas da vida acabam exigindo do sujeito um afastamento das atividades de engajamento.

Na próxima seção serão analisados critérios objetivos e situacionais de engajamento e desengajamento no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), buscando compreender quais são as dinâmicas que conformam a entrada e a saída de membros do projeto.

## 2 Dinâmicas de engajamento e desengajamento no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo

O Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) está inserido no âmbito do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) e faz parte das medidas mitigadoras dos impactos causados pelos empreendimentos vinculados ao licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nessa área de exploração. Especificamente enquanto medida mitigadora, o PEA-BC foi instituído pelo Ibama no ano de 2010, por meio da Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01/10, com a previsão de desenvolver projetos de educação ambiental pelas empresas que atuam na indústria de petróleo e gás na região da Bacia de Campos, tendo, como público-alvo, as comunidades afetadas pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados (GANTOS, 2016).

Como uma das ações do PEA-BC, no ano de 2012, foi publicado um documento intitulado “Diagnóstico Participativo do PEA-BC” que apresentou informações sobre os impactos socioeconômicos das atividades marítimas de petróleo e gás sobre a vida dos grupos sociais que vivem na região da Bacia de Campos. Esse documento identificou e definiu cinco macro-impactos socioeconômicos derivados da atividade petrolífera na região, sendo eles: 1) a ocupação do espaço marinho; 2) dinâmica demográfica; 3) ocupação e uso do solo; 4) pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; 5) *royalties*. Especificamente sobre esse último macro-impacto, o diagnóstico considera-o como positivo na medida em que os recursos advindos dos *royalties* elevavam os orçamentos municipais, aumentando assim, a capacidade de financiamento do poder público local em políticas públicas, com vistas à minimização dos problemas existentes, potencializando os desenvolvimentos local e regional (SOUZA; TERRA; SANTOS, 2006).

O diagnóstico revelou que o tema dos *royalties* do petróleo representava um dos que mais interessavam aos grupos sociais pesquisados, porém, ainda foi identificada e apresentada no documento a existência de significativa desinformação em todos os segmentos sociais pesquisados com relação a esse tema. Diante dessa constatação, o projeto Territórios do Petróleo surgiu com o intuito de elaborar estratégias coletivas

de qualificação e articulação nas comunidades vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás, a partir da criação de processos educativos que pudessem contribuir para o aumento do capital informacional da população, bem como para “promover o aumento dos níveis de organização e de efetividade do controle social dos cidadãos (tomados como sujeitos da ação educativa) sobre os recursos financeiros das participações governamentais provenientes do empreendimento petrolífero na BC [Bacia de Campos]” (GANTOS, 2016, p. 27).

Nesse sentido, o PEA-TP pretende apoiar os participantes do projeto com relação ao entendimento sobre os *royalties*, tanto no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição dos recursos, quanto na aplicação deles pelo poder público (GANTOS, 2016). Dessa forma foram planejadas e executadas ações integradas e gradativas de educação ambiental, que resultaram no desenvolvimento e na implantação de grupos denominados “Núcleos de Vigília Cidadã” (NVC) formados por até 20 pessoas em cada um dos dez municípios de abrangência do PEA: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

A Vigília Cidadã (VC) se tornou, então, o alicerce das ações e metas que foram sendo pautadas nos planos de ação do projeto em suas consecutivas fases de realização, pensada como uma atividade cívica, subjetiva e coletiva, mediante o desenvolvimento de um processo pedagógico popular, contínuo, cumulativo e não linear. Destarte, o principal objetivo da Vigília Cidadã foi e ainda é:

reduzir as incertezas existentes sobre a “caixa preta” dos *royalties*, ampliando o acesso dos sujeitos da ação a fontes informativas e conhecimentos cívicos que estimulem o aprimoramento de aspectos ativos da cidadania. Assim, a VC busca oportunizar aos membros dos NVC ferramentas e conhecimentos para diminuir a assimetria informacional e comunicacional existente sobre o tema nos grupos sociais definidos como impactados pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC (GANTOS, 2019, p. 37).

Para a formação dos NVCs, na primeira fase de execução do PEA-TP (2014-2016), denominada de etapa de sensibilização comunitária, foi realizada a “Caravana Territórios do Petróleo”, que consistia em um espaço não formal e itinerante de aprendizagem com o objetivo principal de proporcionar à população da BC um espaço educativo diferenciado para serem tratados os temas evidenciados no Diagnóstico

Participativo. Para tal, o marco inicial consistiu na sensibilização da comunidade para a adesão à causa do PEA-TP e no convite das comunidades para participação ativa nas futuras etapas do plano de trabalho. Já em sua segunda fase (2017-2019), o projeto teve por objetivo o fortalecimento dos NVCs a partir de ações de mobilização contínua realizadas não apenas pela equipe técnica, mas também pelos próprios participantes. E, em sua terceira e atual fase (2020-2023), tem como meta “aumentar o conhecimento e a informação sobre as rendas petrolíferas e promover a incidência política no controle social mediante o acompanhamento na condução da gestão pública de sua aplicação [...]” (PEA-TP, 2019, p. 2).

Vê-se, portanto, que o público mobilizado desde a primeira fase do PEA-TP é diversificado em vários aspectos, como gênero, etnia, crenças e origens sociais. Tal diversidade faz com que o público seja caracterizado como um desafio e, ao mesmo tempo, uma potencialidade. Os autores ainda destacaram que tal heterogeneidade pode ser delimitada pela composição dos NVCs que possuem como seus membros, sujeitos oriundos de comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores/as, agricultores/as, assentados/as), por variadas faixas etárias (jovens, adultos e idosos) e residentes em áreas geográficas diversificadas (áreas rurais e urbanas) (SILVA; VICENTE FILHO, 2019).

É importante salientar, então, que o PEA-TP se enquadra no que Bordernave (1994) denomina de instância de participação provocada ou dirigida, ou seja, quando o engajamento não se dá, prioritariamente, por voluntariedade pura e simples do indivíduo, mas a partir de ações intermediadas por outros atores, institucionais ou não. Como explica Nogueira (2016), o engajamento se dá a partir dos laços de confiança que o sujeito já possui, o que está em consonância também com os estudos de Sawicki e Siméant (2011) e Silva e Ruskowski (2010), aqui já apresentados.

Ratificando os elementos teóricos, a pesquisa realizada na segunda fase do PEA-TP, em 2018, chamada “Quem Somos?”, evidenciou que dos 150 entrevistados, 80 pessoas, ou seja, 53,33%, ingressaram no projeto a partir do convite de uma pessoa conhecida que já estava participando das ações; enquanto 53, ou seja, 35,33%, participaram a partir de ações de mobilização da equipe técnica. 10% – 15 pessoas – engajaram-se por intermédio de outros projetos do PEA-BC; enquanto apenas 2

integrantes entraram por motivação autônoma, o que representa 1,34% (PEA-TP, 2018).

Sobre a carreira militante, um fato importante a ser destacado é que, a despeito da afirmação de Oliveira (2010) de que os sujeitos envolvidos em instituições ambientais dificilmente engajam-se em uma organização sem conhecimento prévio do tema, tem-se que apenas cerca de 44% dos membros disseram fazer parte de outras instituições participativas (PEA-TP, 2018), o que pode sugerir que os projetos de educação ambiental na região sejam o ponto de partida na discussão em torno da gestão ambiental pública.

Aliás, o próprio autor adverte sobre a necessidade de criação e fomento de processos de socialização que considerem o contexto de vida dos sujeitos, para que se fortaleçam concepções e condutas a respeito de categorias como “natureza”, “problemas ambientais”, “meio ambiente”, dentre outras (OLIVEIRA, 2010). Em outro trabalho chega a afirmar que a qualificação técnica é elemento imprescindível para a intervenção na gestão ambiental, considerando que essa se caracterizaria por uma *expertise* política, ou seja, a capacidade de articulação entre o conhecimento técnico e os aspectos políticos (OLIVEIRA, 2009).

Afirma ainda que, nesse contexto, há o que chama de “carreiras desviantes”, em que o engajamento se dá a partir de:

impulsos e desejos vagos que constituem uma espécie de curiosidade inicial em relação a tal conduta, que vão se transformando em concepções e formas de atividades definidas. Sendo assim, é por um processo de socialização e de aprendizagem realizado no curso das próprias experiências desviantes, mediante a aproximação, os contatos e as interações frequentes com praticantes de tais condutas, que se adquire um sistema estável de categorias necessário ao exercício e à continuidade de tal comportamento (OLIVEIRA, 2010, p. 55).

O afirmado, mais uma vez, encontra sustentação nas teorias fundadas nos elos de confiança e de afetividade do sujeito, que fazem com que a participação se torne menos custosa, já que o tema pode ser suscitado por pessoas conhecidas e que já participam do PEA-TP. Nesse contexto, a questão da confiança parece ter um pouco mais de determinância para o engajamento do jovem do que para o adulto, considerando que naquela faixa etária o percentual dos que entraram no projeto a partir de um convite de um membro já atuante ou de outros projetos de educação

ambiental que já participava foi de cerca de 68%, enquanto 32% ingressaram a partir de ações de mobilizações da equipe técnica. Já para os adultos, os percentuais foram de 60% e 37%, respectivamente, enquanto apenas 3% afirmaram ter ingressado por motivação própria (PEA-TP, 2018).

O perfil do participante do PEA-TP foi analisado por Silva e Vicente Filho (2019) que afirmaram ser: adulto – com mais de 29 anos, autoidentificado pelo gênero feminino e pela cor branca, solteiro, que ganha até um salário mínimo, com o ensino médio completo e que já participava do projeto desde a sua primeira fase. É interessante notar que a maior parte do público que compõe o projeto é de pessoas solteiras, o que converge com os estudos de Gutierrez (2020) de que os ciclos da vida, como o casamento, por exemplo, podem influenciar no engajamento. De outro lado, quase 50% dos participantes declaram ter filhos, fator, portanto, que parece não impactar diretamente no engajamento, o que não quer dizer que não seja um determinante na qualidade da participação, já que pode refletir, por exemplo, na frequência de comparecimento nas ações do projeto, o que não foi analisado e, inclusive, surge como questão para pesquisas futuras a partir deste trabalho.

É importante ponderar também os aspectos que dizem respeito ao desengajamento desses sujeitos, buscando compreender as dinâmicas que levam à saída do PEA-TP. Analisando ainda o questionário “Quem Somos?”, produzido na segunda fase do projeto e as listas de presença da atual terceira fase, foi possível chegar ao número e ao perfil dos sujeitos desengajados. Considerando os critérios que foram denominados de objetivos, tem-se que são pessoas que, em sua grande maioria, tinham ingressado ainda na primeira fase; com renda de até dois salários mínimos; na faixa etária entre 16 e 29 anos, ou seja, ainda jovens; com ensino médio completo; e que não participam de outros projetos de educação ambiental (PEA-TP, 2018; 2022).

Esse perfil sugeriria dois aspectos principais: em primeiro lugar, que existiria um ciclo de participação com duração de uma fase no projeto; e, em segundo lugar, que os ciclos da vida poderiam interferir também, além de no engajamento, no desengajamento desses sujeitos, na medida em que esse movimento de saída se deu por pessoas que, em tese, estariam em um momento de alternância de rotinas, como a entrada no mercado de trabalho ou em outra fase dos estudos.

Para que melhor fosse compreendido, no entanto, foi necessário adentrar nos aspectos subjetivos, ou seja, as razões individuais de cada um deles, para o afastamento do projeto. Assim, enviou-se às equipes técnicas de cada município uma listagem com os sujeitos identificados como “desengajados” entre as fases dois e três e questionando aos técnicos sobre as razões das saídas. Com as respostas foram criadas oito categorias: “mudança de cidade”; “equipe técnica”; “estudo”; “trabalho”; “quebra de expectativas”; “retorno”; “acesso remoto”; e “sem justificativa”.

Haviam 59 sujeitos que estavam na fase dois e não foram encontrados nas listas de presença da fase três. No entanto, foram excluídos da análise apresentada abaixo 3 deles, que faleceram e, portanto, não podem ser considerados desengajados. Assim, os 56 estão distribuídos, segundo o critério subjetivo, da seguinte maneira:

**Tabela 1 - Sujeitos desengajados por categoria.**

<b>Categoria</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Percentual</b>
Mudança de Cidade	12	21,4 %
Equipe Técnica	11	19,6 %
Estudo	10	17,8 %
Trabalho	8	14,3 %
Quebra de Expectativas	8	14,3 %
Retorno	2	3,6 %
Acesso Remoto	1	1,8 %
Sem Justificativa	4	7,2 %

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de PEA-TP (2018; 2022).

Vê-se, então, que a maior fração dos desengajados pertencem à categoria “Mudança de Cidade”, representando 21,4% do total. Somando às categorias ‘Estudo’ e ‘Trabalho’, com 17,8% e 14,3%, respectivamente, esse conjunto representa a maioria, ou seja, 53,5%. Isso ratifica a hipótese de que as esferas da vida influenciam diretamente na participação do indivíduo em instâncias de discussão política, como afirma Gutierrez (2020, p. 228): “geralmente essas transformações são fruto de algum tipo de alteração do *status* individual de cada militante (emprego, casamento etc.) ou em decorrência de uma série de outros eventos biográficos (crises, perdas etc.)”.

Outro dado que chama a atenção é em relação à categoria “Equipe Técnica”. Nela estão aqueles sujeitos que deixaram de fazer parte dos Núcleos de Vigília Cidadã, instância participativa do projeto, para integrar a equipe técnica. O grupo

corresponde a 19,6% do total, o que é expressivo e faz compreender os ganhos individuais pelo engajamento. O ingresso na equipe técnica pode ser visto, ainda, como consequência de uma gama de outros recursos adquiridos pelo sujeito no decorrer de sua participação, a exemplo da aquisição de conhecimentos e habilidades.

Estes ganhos são uma espécie de recurso; são retribuições que cada um adquire por estar inserido no processo de militância. Por outro lado, é preciso destacar também que a aquisição desses recursos varia em função dos demais recursos que são adquiridos em outros espaços sociais e dimensões da vida, que podem ser até mesmo anteriores ao engajamento (GUTIERREZ, 2020, p. 230).

Tal achado converge com um dos preceitos que permeiam o Territórios do Petróleo, que é a noção de cultivo do entorno, conceito mencionado desde o seu primeiro plano de trabalho (PEA-TP, 2013). Como exposto por Leitão (2019), o acesso a recursos estratégicos, como a informação, por exemplo, pode contribuir para a apropriação ativa de outros recursos – técnicos, ambientais, sociais e culturais – pela comunidade, ainda que advindos de experiências individuais, como acontece com o ingresso de membros dos núcleos na equipe técnica, acessando, assim, “dispositivos e manifestações de um empoderamento real na relação direta entre os agentes sujeitos e os seus ambientes e condições de vida” (LEITÃO, 2019, p. 78).

Com relação à quebra de expectativas, estão inseridos nessa categoria aqueles sujeitos que se desengajaram por acreditar que o projeto não correspondia ao que eles esperavam. Severo e Severo (2015) afirmam que aspectos emocionais, como o envolvimento ou a decepção, devem ser analisados para compreender as dinâmicas de participação e Gutierrez (2020, p. 230), na mesma esteira, pontua que “participar de um movimento social ou de uma manifestação é algo que implica uma série de expectativas por parte daqueles que militam e se comprometem”. Assim, para o autor, se na ponderação entre os recursos necessários para participar e aqueles apreendidos pela participação, o indivíduo entende que os ganhos não superam o investimento no engajamento, tende a afastar-se, o que é um processo normal dentro das instâncias participativas e não reflete, sozinho, o sucesso ou insucesso dessas.

Por fim, há ainda as categorias que representam uma menor parte da análise, que são aqueles que se afastaram do projeto, mas acabaram retornando; uma pessoa que optou por desvincular-se por não querer participar das atividades virtuais



adotadas durante a pandemia e aqueles que se desengajaram sem expor os seus motivos.

## Considerações finais

O arcabouço teórico exposto neste trabalho faz inferir que o engajamento político deve ser considerado a partir da possibilidade de influir nas decisões sobre a coisa pública, sob pena de expandir o conceito, a ponto de perder a sua essência. Dessa forma, foi possível concluir que a noção de carreira militante parece amoldar-se às situações concretas de engajamento e desengajamento no âmbito do PEA-TP no que diz respeito à sua convergência com a teoria do capital social, ou seja, ratificando que o engajamento se dá, especialmente, a partir da confiança que o indivíduo possui a sujeitos já envolvidos na causa. De outro passo, no entanto, a realidade do Projeto tendeu-se a divergir no tocante à existência de uma participação prévia, já que boa parte dos participantes afirmaram não estarem engajados em outras instâncias, o que sugere que o PEA é uma porta de entrada na militância ambiental na região.

Também foi possível compreender como as esferas da vida interferem diretamente no desengajamento, já que os dados inicialmente demonstraram que o perfil do desengajado é composto por jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho ou em outras etapas educacionais e, depois, ratificou-se com a análise da subjetividade da deserção, em que estabeleceu-se que a maioria dos sujeitos que se afastaram o fizeram por questões não relacionadas à participação em si, seja por mudança de cidade ou pela priorização dos estudos ou do trabalho.

Os resultados não significam que os processos estabelecidos no âmbito das próprias instâncias participativas não podem interferir no desengajamento, já que há também aqueles que se desengajaram pela quebra de expectativas em relação aos resultados possíveis do projeto. Como mencionado, é possível que se criem metodologias de reforço da identidade do projeto, a exemplo do que o MST realiza com a sua chamada *mística*. Não obstante, como o índice é pequeno em relação aos demais, considera-se que esse é um trabalho que já vem sendo desenvolvido no âmago do PEA-TP.

Por fim, um resultado que se destaca dentre aqueles mencionados, é que boa parte dos sujeitos que saem dos Núcleos de Vigília Cidadã o fazem para serem empregados na equipe técnica do PEA, o que reforça a ideia de que a apreensão de recursos também é um fator determinante nas trajetórias individuais dos indivíduos.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla. *A participação política nas democracias contemporâneas: mapeando o debate*. In: MARTELLI, Carla Gandini Giani; JARDIM, Maria Chaves; GIMENES, Éder Rodrigo. *Participação política e democracia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimação da Ação*. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

BORDENAVE, Juan Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

COELHO, Fabiano. *A prática da mística e a construção de uma memória histórica no MST*. *Hist. R.*, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 119-138, jan./abr. 2017.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia. *Panorama da Juventude Ambientalista*. In: BRASIL, 2006. *Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas*. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. Brasília: Unesco, 2006.

FREIRE, Alessandro. *Engajamento Cívico: Um Desafio Teórico para a Ciência Política Contemporânea*. 35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu/MG: 24 a 28 de outubro de 2011.

GANTOS, Marcelo Carlos. *Introdução*. In: GANTOS, Marcelo Carlos (Org.). *A caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos*. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2016.

GANTOS, Marcelo Carlos. *A Vigília Cidadã, um método em construção*. In: *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties* [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

GUTIERREZ, Daniel. *O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção*. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 51, n. 1, mar./jun., 2020, p. 223-248.

LEITÃO, Andreza Barreto. *Reuniões ordinárias: motor para a consolidação dos NVC - Apresentação*. In: *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties* [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

NOGUEIRA, Fernando Simões. *A transformação das formas de engajamento associativo no contexto da institucionalização do orçamento participativo de Porto Alegre*. Dissertação.

Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2016

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Maringá: 2013.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Significados e Usos Sociais da Expertise na Militância Ambientalista. *Avá*, n.º. 15. Jul. 2009, p. 161-185.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 49-77.

PEA-TP. Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental – EA. *Projeto Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos*. Novembro de 2013. Disponível em: [http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano\\_trabalho/9\\_territorios%20do%20petroleo%20plano%20de%20trabalho\\_final\\_digital.pdf](http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano_trabalho/9_territorios%20do%20petroleo%20plano%20de%20trabalho_final_digital.pdf). Acesso em: 26 jun. 2022.

PEA-TP. Questionário “Quem Somos?”. *Projeto de Educação Territórios do Petróleo*, 2018.

PEA-TP. *Listas de Presença*. Projeto de Educação Territórios do Petróleo, 2022.

ROBALLO, José Henrique Machado. Cultura e socialização política dos estudantes de ensino médio e seus pais: um estudo de caso a partir de duas gerações em Rio Pardo/RS. *Fazendo Gênero* 9. *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 23 a 26 de agosto de 2010.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n.º 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. Dinâmicas de engajamento: Análise de trajetórias em uma rádio comunitária. *Revista Pós Ciências Sociais*, 12(24), p. 253-276, 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 23-48.

SOUZA, Joseane de; TERRA, Denise Cunha Tavares; SANTOS, Ana Cristina Coelho dos. “Territórios do Petróleo”: nível de conhecimento sobre royalties, participação e controle social. *In: A caravana territórios do petróleo* [livro eletrônico]: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2016.

***Recebido em: 9 de dezembro de 2022.***

***Aceito em: 31 de dezembro de 2022***

### **COMO REFERENCIAR**

LIMA, Náthani Siqueira; GANTOS, Marcelo Carlos. Dinâmicas de engajamento e desengajamento político: uma análise no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo. *Latitude*, Maceió, v. 16, n. 2, p. 242-260, 2022.